

# CLIPPING IMPRESSO

12/11/2022



# INDICE

---

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	3
2.2. PRECATÓRIOS.....	4
2.3. PRESIDÊNCIA.....	5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6
3.2. ESMAM.....	7

## HOMENAGEM

# Juiz deixa o cargo em virtude da aposentadoria



## MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO, DEIXA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO, EM DEORRÊNCIA DE SUA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Os servidores e servidoras da 1ª e 2ª Turmas Recursais Permanentes do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís e do 8º Juizado Cível homenagearam, na manhã desta sexta-feira (11), Manoel Aureliano Ferreira Neto, que deixa o cargo de juiz de Direito, em virtude de aposentadoria compulsória. Emocionado, ele agradeceu a celebração surpresa, realizada no no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), que contou com a presença de seus familiares e amigos e também de magistrados e magistradas.

Aureliano Ferreira Neto, que conta com mais de 30 anos de magistratura, ocupou o 1º cargo de juiz Direito da 2ª Turma Recursal, vindo da titularidade do 8º Juizado Cível de São Luís. Professor universitário e escritor, durante sua fala ele disse que “A vida da gente é como um poema de Castro Alves, Manoel Bandeira, Drumond, entre tantos outros poetas, disse. Ao citar “Estou Só”, de Fernando Pessoa, o juiz afirmou não concordar plenamente com o poeta e ressaltou: “eu não estou só porque consegui fazer muitos amigos nesta minha trajetória”. Também recordou um pouco da sua vida escolar, no Liceu Maranhense; sua vida simples; das suas primeiras profissões como a de linotipista;

da vida acadêmica; e da sua missão na magistratura.

O desembargador Lourival Serejo, que também participou da homenagem, destacou que, com a aposentadoria, Aureliano Ferreira Neto vai se dedicar muito mais à literatura agora. “Quem vive nesse ambiente de literatura não envelhece e sim rejuvenesce. Ele agora vai entrar em outra juventude”, garantiu. Presente também o diretor do Fórum de São Luís, Raimundo Nonato Neris Ferreira.

Ao falar em nome dos demais magistrados e magistradas presentes na solenidade, a juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite, da 2ª Turma Recursal, destacou a trajetória de Aureliano Ferreira Neto na magistratura maranhense. Ele começou na Comarca de Carutapera, em 1990, passando também pelas comarcas de João Lisboa, Carolina, Imperatriz, até chegar a São Luís, em 1997, promovido por merecimento. Na capital foi titular do Juizado de Trânsito e do 8º Juizado Cível. Foi coordenador do Conselho dos Juizados Especiais e Criminais do Maranhão, além de vice-diretor da Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

O juiz titular da 5ª Vara da Fazenda Pública, Marco Antonio Netto Teixeira, destacou a sensibilidade e o fator

social como principais características de Aureliano Ferreira Neto. “É uma honra tê-lo como amigo pessoal e colega de magistratura”, acrescentou.

### Aureliano Neto professor

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Holidice Barros, que foi aluno do homenageado, no curso de Direito, lembrou como era o professor em sala de aula e dos ensinamentos que recebeu dele. “Tenho orgulho de hoje fazer parte da mesma magistratura que o professor Aureliano, nosso referencial na magistratura”, concluiu.

Ao lado da esposa Jacirema Coelho e dos filhos Aureliano e Tiago, o homenageado se emocionou por diversas vezes durante as homenagens. O filho Aureliano lembrou que o pai foi aprovado nos vestibulares para Direito e Filosofia, optando por cursar Direito. “Agora com a aposentadoria, ele vai poder se dedicar à Filosofia e à Literatua”, ressaltou.

Ao falarem em nome dos servidores e servidoras da Turmas Recursal e do 8º Juizado Cível, respectivamente, Lanuzza Belo e Marlos Barcelos, destacaram a sensibilidade, a presteza e a lealdade como características fortes do juiz Aureliano Ferreira Neto.

# BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



## Desabafo

Causou irresignação ao desembargador Lourival Se-rejo (TJ-MA) ver um deputado dizer que espera o STF acabar com o orçamento secreto. “É um problema do parlamento, que eles judicializam para depois acusar o STF de se intrometer na política”, desabafou.

---

# Juiz Aureliano Neto é homenageado e deixa o cargo em virtude da aposentadoria

Divulgação: Josy Lord

Os servidores e servidoras da 1ª e 2ª Turmas Recursais Permanentes do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís e do 8º Juizado Cível homenagearam, na manhã desta sexta-feira (11), Manoel Aureliano Ferreira Neto, que deixa o cargo de juiz de Direito, em virtude de aposentadoria compulsória.

Emocionado, ele agradeceu a celebração surpresa, realizada no no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), que contou com a presença de seus familiares e amigos e também de magistrados e magistradas.

Aureliano Ferreira Neto, que conta com mais de 30 anos de magistratura, ocupou o 1º cargo de juiz Direito da 2ª Turma Recursal, vindo da titularidade do 8º Juizado Cível de São Luís. Professor universitário e escritor, durante sua fala ele disse que “A vida da gente é como um poema de Castro Alves, Manoel Bandeira, Drumond, entre tantos outros poetas, disse. Ao citar “Estou Só”, de Fernando Pessoa, o juiz afirmou não concordar plenamente com o poeta e ressaltou: “eu não estou só porque consegui fazer muitos amigos nesta minha trajetória”. Também recordou um pouco da sua vida escolar, no Liceu Maranhense; sua vida

simples; das suas primeiras profissões como a de linotipista; da vida acadêmica; e da sua missão na magistratura.

O desembargador Lourival Serejo, que também participou da homenagem, destacou que, com a aposentadoria, Aureliano Ferreira Neto vai se dedicar muito mais à literatura agora. “Quem vive nesse ambiente de literatura não envelhece e sim rejuvenesce. Ele agora vai entrar em outra juventude”, garantiu. Presente também o diretor do Fórum de São Luís, Raimundo Nonato Neris Ferreira .

Ao falar em nome dos demais magistrados e magistradas presentes na solenidade, a juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite, da 2ª Turma Recursal, destacou a trajetória de Aureliano Ferreira Neto na magistratura maranhense. Ele começou na Comarca de Carutapera, em 1990, passando também pelas comarcas de João Lisboa, Carolina, Imperatriz, até chegar a São Luís, em 1997, promovido por merecimento. Na capital foi titular do Juizado de Trânsito e do 8º Juizado Cível. Foi coordenador do Conselho dos Juizados Especiais e Criminais do Maranhão, além de vice-diretor da Escola Superior da Magistratura (ESMAM).



**Manoel Aureliano Ferreira Neto, deixa o cargo de juiz de Direito, em virtude de aposentadoria compulsória**

O juiz titular da 5ª Vara da Fazenda Pública, Marco Antonio Netto Teixeira, destacou a sensibilidade e o fator social como principais características de Aureliano Ferreira Neto. “É uma honra tê-lo como amigo pessoal e colega de magistratura”, acrescentou.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Holidice Barros, que foi aluno do homenageado, no curso de Direito, lembrou como era o professor em sala de aula e dos ensinamentos que recebeu dele. “Tenho orgulho de hoje fazer parte da mesma magistratura que o professor Aureliano, nosso referencial na magistratura”, concluiu.

Ao lado da esposa Jacire-

ma Coelho e dos filhos Aureliano e Tiago, o homenageado se emocionou por diversas vezes durante as homenagens. O filho Aureliano lembrou que o pai foi aprovado nos vestibulares para Direito e Filosofia, optando por cursar Direito. “Agora com a aposentadoria, ele vai poder se dedicar à Filosofia e à Literatua”, ressaltou.

Ao falarem em nome dos servidores e servidoras da Turmas Recursal e do 8º Juizado Cível, respectivamente, Lanuzza Belo e Marlos Barcelos, destacaram a sensibilidade, a presteza e a lealdade como características fortes do juiz Aureliano Ferreira Neto. **(Núcleo de Comunicação do Fórum Des. Sarney Costa)**

## Portaria regulamenta retenção de FPM em casos de não cumprimento dos pagamentos de precatórios

A possibilidade de bloqueio ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios por parte da União em casos em que os Entes não cumpram com o parcelamento dos precatórios foi introduzida na Constituição Federal pela Emenda Constitucional 94/2016. A Portaria 9.747/2022, publicada nesta sexta-feira, 11 de novembro, no Diário Oficial da União (DOU), dispõe sobre o procedimento de retenção de recursos referentes aos repasses.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) explica que, de acordo com a publicação, o Banco do Brasil fica autorizado a reter recursos do FPM, mediante solicitação encaminhada pelo

Conselho Nacional de Justiça por meio do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDIN-PREC), com base no inciso III do artigo 104 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para depósito nas contas especiais de que trata o artigo 101 do ADCT.

Ainda pela Portaria 9.747, o Banco do Brasil deverá enviar arquivo retorno à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, para efeito de acompanhamento e controle das medidas de retenção ou de suspensão de retenção requeridas pelo Poder Judiciário. A Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022. *(Da Agência CNM de Notícias)*

Divulgação



# ACADEMIA, CONFREIRAS E CONFRADES

## EDMILSON SANCHES HOMENAGEADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Em solenidade realizada no último dia 04 de novembro, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA) concedeu a “Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo” ao jornalista, administrador e escritor Edmilson Sanches. O nome do jornalista teve aprovação unânime por parte do Tribunal.

A solenidade de outorga da Medalha ocorreu na Sala das Sessões Plenárias do Palácio da Justiça “Clóvis Bevilacqua”, situada na Praça Dom Pedro II, s/nº, em São Luís. A medalha e o diploma foram entregues pelos desembargadores Jamil de Miranda Gedeon Neto e Lourival de Jesus Serejo Sousa, ex-presidentes do Tribunal, em evento com auditório lotado, com comparecimento de outros homenageados e autoridades do mundo judiciário federal e estadual, educadores, políticos, empresários, profissionais de imprensa, entre outros.

O comunicado da concessão da honraria ao jornalista Edmilson Sanches foi feito pelo presidente do TJ-MA, Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, em ofício de 7 de outubro deste ano. No documento, o presidente do TJ comunica que, “por indicação do desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, o Órgão Especial desta Corte aprovou, na 4ª Sessão Administrativa Ordinária do dia 5 de outubro de 2022, por unanimidade, conceder-lhe a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo”. O desembargador Jamil de Miranda Gedeon

Neto foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Balsas, Colinas, São Domingos, Timon, Imperatriz e São Luís. Foi Procurador-Geral da Justiça em 1994. Eleito Desembargador em 1997, foi Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, duas vezes Corregedor Regional Eleitoral do Maranhão, Presidente do Tribunal de Justiça e em 2011 assumiu interinamente o Governo do Maranhão.

Edmilson Sanches é jornalista, administrador, consultor, palestrante e editor. Formado em Administração Pública, Letras e Contabilidade (técnico). Tem pós-graduação e aperfeiçoamento em Administração e Negócios (Fortaleza), Administração Pública (Brasília), Comunicação e Desenvolvimento Regional (São Paulo). Ex-secretário municipal de Desenvolvimento Integrado, secretário de Comunicação e Cultura e subsecretário de Governo e Projetos Estratégicos. Foi diretor de Faculdade e professor de Jornalismo, Gestão Pública e Polícia Cidadã (UEMA), Desenvolvimento (FETAEMA), treinamentos e palestras (SENAC, SEBRAE, ACIs/CDLs, Rotary, Exército Brasileiro, Polícia Militar, universidades, academias, escolas, associações de moradores etc.). Presidente de Honra de Conselho Municipal de Educação de Imperatriz e Mérito Educacional pela Secretaria de Educação de Caxias. Este ano recebeu a Medalha Graça Aranha, da Academia Maranhense de Letras. É Membro do Conselho Regional de Administração, Conselho Regional de Contabilidade, Academia Maranhense de Ciências, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Instituto Histórico e Geográfico de Caxias e de Academias de Letras do Maranhão, Pará, Espírito Santo e São Paulo. Autor da “Enciclopédia de Imperatriz” e de dezenas de livros nas áreas de Administração, Comunicação, Desenvolvimento, História e Literatura.

A Academia Imperatrizense de Letras parabeniza o confrade por mais essa merecida homenagem!

## **TJMA realizará audiência pública de acesso à Justiça a povos indígenas**

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Comitê de Diversidade, em parceria com diversas instituições públicas, realizará Audiência Pública de “Acesso à Justiça a Povos Indígenas”, no auditório da OAB Seção Imperatriz, no dia 17 de novembro (quinta-feira), a partir das 14h.

No dia seguinte, 18, haverá mutirão de atendimentos aos povos indígenas, a partir das 9h, no território indígena São José (Krikati), município de Montes Altos/MA, com prestação de serviços por órgãos do Sistema de Justiça. A ação faz parte também do Programa Justiça de Proximidade da Presidência do TJMA.

Na audiência pública do dia 17, com participação do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, e do coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal, juiz Marco Adriano Fonseca, os representantes do Poder Judiciário maranhense, Ministério Público estadual, Defensoria Pública, OAB/MA, Funai e Secretaria de Estado de Segurança Pública terão dez minutos para expor suas considerações, explicando

aos representantes dos povos indígenas quais são suas atribuições constitucionais e legais e quais serviços estão disponíveis aos Povos Indígenas do Maranhão. Em seguida, será franqueado o uso da palavra por cinco minutos aos representantes dos povos indígenas inscritos para apresentar suas considerações, dúvidas, críticas e sugestões. A previsão de duração da audiência pública é de quatro horas, mediante exposição dialogada e participativa.

O encontro tem coorganização da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), por meio da Secretaria Adjunta de Povos Indígenas; da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima); da Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, representativa dos Povos Indígenas do Maranhão; e apoio institucional da Defensoria Pública Estadual e da OAB – Subseção de Imperatriz. O mutirão do dia 18 terá atendimentos previstos de: registro civil, carteira de identidade, título de eleitor, casamentos e divórcios.



## Sobe/Desce

# Sobe

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) firmará parceria institucional para formalizar a implantação do “Programa de Regularização Fundiária” em benefício de moradores de 65 municípios maranhenses. O objetivo é garantir a inclusão social das populações beneficiadas, com acesso legal à terra, à moradia e à produção.

.